

Saúde Ocupacional e Bem-Estar dos Profissionais de Segurança Pública: Estratégias Institucionais de Prevenção e Promoção da Qualidade de Vida
Occupational Health and Well-Being of Public Security Professionals: Institutional Strategies for Prevention and Quality of Life Promotion

Amanda Cavalcante de Albuquerque¹

v. 14/ n. 3 (2026)
Julho/Setembro

Aceito para publicação em 16/08/2026.

¹Residência em Clínica Médica e Medicina Intensiva pelo Hospital de Base Ary Pinheiro, Porto Velho, Rondônia. ORCID: 0000-0001-5891-8074. E-mail: amandacavalcantealbuquerque@outlook.com.

RESUMO: A saúde ocupacional dos profissionais de segurança pública constitui um tema relevante na contemporaneidade para a Administração Pública brasileira, diante da exposição cotidiana a riscos físicos, psicológicos, sociais, organizacionais e institucionais. O presente artigo analisa os principais fatores que interferem no bem-estar desses profissionais e discute estratégias institucionais de prevenção e promoção da qualidade de vida no trabalho. Adota-se abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, com enfoque nas relações entre condições laborais, saúde mental, riscos ocupacionais e desempenho profissional. A análise evidencia que jornadas extensas, pressão psicológica, violência, estresse e insuficiência de políticas institucionais podem comprometer a saúde e a eficiência dos serviços prestados. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de políticas permanentes de prevenção, acompanhamento, assistência e valorização profissional. Conclui-se que a adoção de medidas integradas de saúde ocupacional contribui para ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis, favorecendo o bem-estar dos profissionais, a redução de riscos ocupacionais e o aprimoramento da qualidade dos serviços públicos de segurança.

Palavras-chave: Saúde ocupacional; Segurança pública; Qualidade de vida no trabalho; Saúde mental; Prevenção; Administração Pública.

ABSTRACT: The occupational health of public security professionals is a relevant contemporary issue for Brazilian Public Administration, given their daily exposure to physical, psychological, social, organizational, and institutional risks. This article analyzes the main factors affecting the well-being of these professionals and discusses institutional strategies for preventing occupational health problems and promoting quality of working life. A qualitative approach is adopted, based on bibliographic and documentary research, focusing on the relationships between working conditions, mental health, occupational risks, and professional performance. The analysis shows that long working hours, psychological pressure, violence, stress, and insufficient institutional policies may compromise workers' health and the efficiency of public services. In this context, the need for permanent policies focused on prevention, monitoring, assistance, and professional appreciation is emphasized. It is concluded that the adoption of integrated occupational health measures contributes to safer and healthier work environments, promoting professional well-being, reducing occupational risks, and improving the quality of public security services.

Keywords: Occupational health; Public security; Quality of working life; Mental health; Prevention; Public Administration

<https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RDG>

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A saúde ocupacional e o bem-estar dos profissionais de segurança pública constituem, na contemporaneidade, questões de expressiva relevância para a Administração Pública, sobretudo em razão das particularidades inerentes ao exercício dessas funções e da recorrente exposição a situações de risco, pressão e elevada responsabilidade. À luz das considerações iniciais, observa-se que o desempenho das atividades de segurança pública ultrapassa a dimensão estritamente operacional, uma vez que envolve fatores físicos, psicológicos, sociais e organizacionais capazes de repercutir diretamente sobre a integridade do trabalhador e, conseqüentemente, sobre a qualidade dos serviços disponibilizados à sociedade. Nesse sentido, compreender as condições laborais desses profissionais revela-se indispensável para o fortalecimento de políticas institucionais orientadas à prevenção de agravos, à valorização profissional e à promoção de ambientes de trabalho mais saudáveis.

Conforme as prerrogativas apresentadas no âmbito da saúde do trabalhador, a realidade ocupacional dos profissionais de segurança pública apresenta características que demandam atenção institucional contínua, especialmente diante da exposição frequente à violência, ao estresse, às jornadas extensas, à necessidade de decisões imediatas e às condições adversas de trabalho. Paralelamente a tais circunstâncias, a insuficiência de mecanismos permanentes de acompanhamento e assistência pode intensificar processos de desgaste físico e emocional, comprometendo não apenas a qualidade de vida individual, mas também as relações profissionais, a produtividade e a capacidade institucional de resposta. Desse modo, torna-se pertinente considerar a saúde ocupacional como componente estratégico da gestão pública, e não apenas como medida reativa diante do surgimento de enfermidades ou afastamentos.

Ademais, sob a perspectiva da promoção da qualidade de vida no trabalho, a adoção de estratégias institucionais preventivas assume papel central na construção de uma política de valorização dos profissionais de segurança pública. Nessa linha de compreensão, medidas relacionadas ao acompanhamento psicológico, à prevenção de riscos ocupacionais, à assistência à saúde, à capacitação, à melhoria das condições laborais e ao fortalecimento das relações institucionais podem contribuir para a redução de fatores de vulnerabilidade e para o desenvolvimento de práticas organizacionais mais humanizadas. À vista disso, a formulação de políticas permanentes e integradas mostra-se necessária para que a proteção à saúde do trabalhador seja incorporada de maneira efetiva ao planejamento e à gestão das instituições responsáveis pela segurança pública.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar os principais fatores que interferem na saúde ocupacional e no bem-estar dos profissionais de segurança pública, bem como discutir estratégias institucionais de prevenção e promoção da qualidade de vida no trabalho. Para

tanto, parte-se da compreensão de que a proteção desses trabalhadores representa elemento indissociável da eficiência administrativa e da adequada prestação dos serviços públicos. Nesse contexto, busca-se evidenciar, mediante abordagem qualitativa e fundamentação bibliográfica e documental, a necessidade de políticas institucionais capazes de articular prevenção, acompanhamento, assistência e valorização profissional. Por conseguinte, pretende-se demonstrar que a promoção da saúde ocupacional não constitui apenas medida de proteção individual, mas também instrumento de fortalecimento institucional e de aprimoramento das respostas oferecidas pelo Estado à sociedade.

2 SAÚDE OCUPACIONAL E BEM-ESTAR DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

A saúde ocupacional deve ser compreendida como dimensão estratégica da proteção do trabalhador e da própria sustentabilidade das instituições públicas, especialmente em atividades caracterizadas por elevada exposição a riscos e exigências psicológicas. No âmbito da segurança pública, essa compreensão assume particular relevância, tendo em vista que o exercício profissional envolve contato frequente com situações de violência, tomada de decisões sob pressão, exposição a eventos potencialmente traumáticos e exigências organizacionais que podem repercutir sobre a saúde física e mental. Estudos recentes demonstram que o estresse ocupacional entre profissionais de segurança está relacionado a fatores operacionais, organizacionais e profissionais, sendo igualmente relevantes a qualidade das relações com colegas e superiores e as características do ambiente de trabalho (Ugwu, 2025). Sob essa perspectiva, a proteção da saúde não deve limitar-se à intervenção posterior ao adoecimento, mas integrar ações permanentes de prevenção, monitoramento e promoção do bem-estar.

Conforme as prerrogativas apresentadas à luz das atuais pesquisas sobre saúde e trabalho, o bem-estar profissional resulta da interação entre características individuais, condições laborais e recursos institucionais disponíveis para enfrentar as demandas da atividade. Nesse sentido, a literatura contemporânea evidencia que a exposição prolongada ao estresse pode associar-se a manifestações de esgotamento profissional, sofrimento psicológico e alterações relacionadas ao sono, repercutindo tanto sobre a vida pessoal quanto sobre o desempenho funcional. Em investigação recente com profissionais da segurança pública no Brasil, foram identificadas elevadas frequências de sintomas de ansiedade, depressão, estresse e manifestações compatíveis com burnout, além da influência da cultura organizacional e do estigma sobre a procura por cuidados em saúde mental (Silva et al., 2025). Dessa maneira, a análise da saúde ocupacional exige uma abordagem multidimensional, capaz de

considerar simultaneamente os riscos inerentes à função e a capacidade institucional de oferecer suporte adequado.

À vista dessas considerações, torna-se necessário deslocar a perspectiva exclusivamente remediativa para uma concepção institucional orientada à prevenção e à promoção da qualidade de vida no trabalho. Evidências recentes apontam que fatores de proteção precisam ser identificados, fortalecidos e incorporados às estratégias organizacionais, sobretudo porque os riscos psicossociais apresentam caráter dinâmico e multidimensional. Nesse contexto, intervenções voltadas ao fortalecimento de recursos psicológicos, à melhoria das relações de trabalho e à reorganização de fatores de exposição podem contribuir para ambientes laborais mais saudáveis e para a redução de consequências como estresse, burnout, dificuldades de sono e sintomas depressivos (Gomes et al., 2026). Por conseguinte, a saúde ocupacional dos profissionais de segurança pública deve ser tratada como componente estrutural da gestão de pessoas e da eficiência administrativa, articulando proteção, valorização profissional e qualidade dos serviços prestados.

2.1 Conceito e dimensões da saúde ocupacional

A saúde ocupacional compreende um campo interdisciplinar destinado à prevenção de agravos relacionados ao trabalho e à promoção de condições que favoreçam a integridade física, psicológica e social dos trabalhadores. No contexto da segurança pública, essa concepção adquire maior complexidade em razão da diversidade de riscos presentes nas atividades desempenhadas e da necessidade de atuação em circunstâncias marcadas por imprevisibilidade e elevada responsabilidade. A literatura recente reforça que os fatores organizacionais, operacionais e profissionais constituem importantes fontes de estresse entre os agentes de segurança, o que demonstra que a análise da saúde ocupacional não pode restringir-se aos riscos físicos ou aos acontecimentos extraordinários vivenciados durante o serviço (Carleton et al., 2026). Em consequência, a proteção do trabalhador deve abranger tanto os elementos diretamente relacionados à execução das atividades quanto aqueles derivados da própria estrutura institucional.

Sob essa perspectiva, a dimensão física da saúde ocupacional envolve a prevenção de acidentes, lesões, fadiga, exposição a agentes nocivos e demais condições que possam comprometer a capacidade funcional do profissional. Todavia, no trabalho de segurança pública, a dimensão psicológica possui importância igualmente expressiva, considerando a exposição reiterada a situações de ameaça, conflito, violência e sofrimento humano. Revisões recentes indicam associação significativa entre o contexto laboral policial e a ocorrência de burnout e transtorno de estresse pós-traumático, reforçando a necessidade de acompanhamento contínuo da saúde mental desses trabalhadores (Ugwu, 2025). Assim, uma concepção contemporânea de saúde ocupacional deve

superar abordagens fragmentadas e reconhecer que os diferentes componentes da saúde se influenciam de maneira recíproca.

Além das dimensões física e psicológica, a saúde ocupacional incorpora fatores sociais e organizacionais que influenciam diretamente a experiência profissional. Relações interpessoais deterioradas, suporte insuficiente, pressão institucional, reconhecimento limitado e dificuldades na conciliação entre trabalho e vida pessoal podem potencializar os efeitos adversos das demandas ocupacionais. Estudos recentes realizados com profissionais de segurança pública no Brasil evidenciam que a cultura organizacional e o estigma relacionado à saúde mental podem dificultar o acesso a mecanismos de cuidado e suporte, mesmo quando os trabalhadores reconhecem a necessidade de assistência (Silva et al., 2025). Dessa forma, a saúde ocupacional deve ser compreendida como fenômeno relacional, no qual as condições de trabalho, as estruturas institucionais e os recursos disponíveis para o trabalhador desempenham papel decisivo.

Por conseguinte, a promoção da saúde ocupacional requer uma atuação institucional contínua, baseada na identificação dos fatores de risco e na ampliação dos mecanismos de proteção. A perspectiva da Psicologia da Saúde Ocupacional Positiva, nesse contexto, destaca a importância de fortalecer fatores protetivos e de desenvolver intervenções capazes de produzir mudanças no ambiente de trabalho, e não apenas de tratar as consequências do adoecimento. Conforme resultados apresentados em estudo recente sobre corporação policial, o conhecimento e o fortalecimento dos fatores de proteção podem contribuir para enfrentar riscos psicossociais e favorecer melhores condições de saúde e qualidade de vida (Gomes et al., 2026). Desse modo, a saúde ocupacional passa a ser compreendida como eixo permanente de gestão, prevenção e valorização do servidor público.

2.2 Bem-estar, qualidade de vida e condições de trabalho na segurança pública

O bem-estar no trabalho está diretamente relacionado à forma como o profissional percebe as condições em que exerce suas atividades, os recursos que possui para responder às demandas e o reconhecimento recebido pela instituição. Em ambientes de segurança pública, essa relação é particularmente complexa porque o trabalhador está sujeito a exigências intensas, jornadas diferenciadas, exposição à violência e necessidade de manutenção constante do estado de vigilância. Pesquisa de 2026 sobre profissionais de segurança pública destaca que trabalhadores submetidos a tais condições podem apresentar níveis importantes de estressores ocupacionais e desafios de saúde mental, inclusive entre aqueles que ocupam posições de liderança (Carleton et al., 2026). Portanto, o bem-estar não pode ser reduzido à ausência de doença, devendo abranger condições capazes de sustentar uma experiência profissional equilibrada e funcional.

Nesse cenário, a qualidade de vida no trabalho depende, entre outros elementos, da organização das jornadas, da possibilidade de descanso adequado, da existência de relações profissionais respeitadas e do acesso efetivo a serviços de apoio. Um dos aspectos particularmente relevantes consiste na relação entre estresse ocupacional e sono, uma vez que a atividade de segurança pública frequentemente envolve trabalho por turnos e alterações dos horários habituais de descanso. Uma revisão sistemática e meta-análise publicada em 2026 identificou associação entre diferentes estressores ocupacionais e distúrbios do sono em profissionais de aplicação da lei, evidenciando a influência de demandas operacionais, pressão organizacional, trabalho em turnos e exposição a eventos traumáticos (Yang; Tang, 2026). Nesse sentido, políticas de qualidade de vida precisam considerar o descanso e a recuperação física e mental como componentes essenciais da saúde do trabalhador.

Ademais, a qualidade de vida profissional é influenciada pela maneira como a instituição enfrenta situações de sofrimento e oferece mecanismos de proteção. A disponibilidade de apoio psicológico, acompanhamento especializado e redes de suporte entre pares pode favorecer a procura por ajuda e reduzir barreiras relacionadas ao estigma. Revisão sistemática publicada em 2025 sobre programas de apoio entre colegas verificou a crescente utilização de estratégias de suporte por pares no enfrentamento da tensão psicológica relacionada ao trabalho policial, destacando a relevância de mecanismos institucionais que aproximem os profissionais de estruturas de cuidado e apoio (Morrison et al., 2025). Dessa maneira, a qualidade de vida deve ser compreendida como resultado de uma política institucional que combine prevenção, acolhimento, acompanhamento e fortalecimento dos vínculos profissionais.

Não obstante, o bem-estar dos profissionais de segurança pública também possui repercussões para além da dimensão individual, uma vez que trabalhadores submetidos a condições inadequadas podem apresentar redução de desempenho, afastamentos e dificuldades de permanência sustentável nas atividades. A literatura contemporânea evidencia que a exposição prolongada ao sofrimento ocupacional pode produzir impactos físicos e psicológicos relevantes, especialmente quando os fatores de risco permanecem presentes sem mecanismos institucionais suficientemente robustos de proteção. Estudo brasileiro recente sobre o sofrimento ocupacional de policiais militares demonstrou que as condições concretas de trabalho possuem relação com manifestações de sofrimento físico e psicológico, reforçando a necessidade de compreender a organização laboral como elemento central da saúde profissional (Motta et al., 2026). Por conseguinte, promover qualidade de vida na segurança pública significa também fortalecer a capacidade institucional de prestar serviços de forma consistente, segura e socialmente responsável.

2.3 Riscos ocupacionais e impactos sobre a saúde dos profissionais de segurança pública

Os riscos ocupacionais presentes na segurança pública assumem caráter multifatorial e podem decorrer tanto das características intrínsecas da atividade quanto de aspectos relacionados à organização institucional. Entre eles, destacam-se a exposição à violência, os eventos potencialmente traumáticos, as jornadas prolongadas, o trabalho em turnos, a pressão por resultados, a imprevisibilidade das ocorrências e os conflitos interpessoais. Revisões recentes apontam que fatores organizacionais, operacionais e profissionais estão entre as principais fontes de estresse no trabalho de aplicação da lei, reforçando que o adoecimento não decorre exclusivamente da exposição direta ao perigo, mas também da forma como o trabalho é estruturado e administrado (Ugwu, 2025). Tal compreensão amplia a responsabilidade institucional pela prevenção, pois demonstra que parte dos riscos pode ser enfrentada mediante mudanças organizacionais.

Entre os principais impactos associados a essa realidade encontram-se o estresse ocupacional, o burnout, alterações do sono, sintomas depressivos e sofrimento psicológico. A literatura de 2025 e 2026 evidencia que policiais e demais profissionais submetidos a exigências ocupacionais intensas apresentam vulnerabilidades relevantes relacionadas à saúde mental. Em meta-análise recente, foram investigadas manifestações de pensamentos e comportamentos suicidas entre policiais, ressaltando-se a importância do estresse ocupacional crônico e da necessidade de políticas estruturadas de identificação e cuidado (Sousa et al., 2025). Paralelamente, estudos atuais sobre a população de segurança pública reforçam que sintomas de ansiedade, depressão, estresse e burnout podem coexistir, exigindo respostas institucionais integradas e permanentes (Silva et al., 2025).

Do mesmo modo, os efeitos dos riscos ocupacionais não se limitam ao âmbito psicológico, alcançando aspectos fisiológicos e comportamentais que podem comprometer a recuperação do trabalhador e sua capacidade funcional. A associação entre estresse e distúrbios do sono observada em profissionais de aplicação da lei demonstra que condições laborais inadequadas podem afetar mecanismos essenciais de recuperação física e mental (Yang; Tang, 2026). Em paralelo, o sofrimento ocupacional identificado entre policiais militares em contexto de elevada violência demonstra que a persistência de condições adversas pode aprofundar o desgaste profissional e individual (Motta et al., 2026). Assim, a avaliação dos riscos deve considerar os efeitos cumulativos do trabalho e a possibilidade de que diferentes fatores se reforcem mutuamente ao longo da trajetória profissional.

Diante desse quadro, a prevenção dos riscos ocupacionais deve integrar ações de identificação, avaliação, monitoramento e intervenção, considerando simultaneamente fatores individuais, coletivos e organizacionais. A proposta de intervenção baseada na Psicologia da Saúde Ocupacional Positiva evidencia a relevância de reconhecer os fatores de proteção existentes na própria organização, fortalecê-los e utilizá-los como instrumentos de promoção de saúde e qualidade de vida (Gomes et

al., 2026). Por sua vez, as evidências relativas ao apoio entre pares demonstram que estratégias de suporte podem constituir mecanismos complementares para reduzir a tensão psicológica e ampliar as possibilidades de cuidado (Morrison et al., 2025). Consequentemente, a gestão dos riscos na segurança pública deve deixar de ser predominantemente reativa e incorporar uma perspectiva preventiva, contínua e institucionalizada, capaz de proteger o profissional e, simultaneamente, fortalecer a eficiência e a legitimidade do serviço público.

3 PARTICULARIDADES DO TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

O exercício profissional no âmbito da segurança pública distingue-se de outras atividades laborais em razão da conjugação de exigências operacionais, responsabilidades institucionais e exposição permanente a situações potencialmente ameaçadoras à integridade física e psíquica dos trabalhadores. Nessa perspectiva, a atividade não se limita à execução de procedimentos previamente determinados, mas pressupõe capacidade de resposta imediata, discernimento em contextos de elevada tensão, controle emocional e disposição para enfrentar ocorrências cuja imprevisibilidade pode produzir consequências de elevada magnitude. Sob tal enfoque, pesquisas contemporâneas vêm demonstrando que os efeitos adversos do trabalho policial não decorrem exclusivamente de acontecimentos traumáticos ou de episódios críticos, sendo igualmente influenciados por fatores operacionais e organizacionais presentes na rotina institucional (Drew; Williamson, 2025).

À luz dessas considerações, a compreensão das particularidades do trabalho em segurança pública exige uma perspectiva ampliada acerca das condições efetivas em que os profissionais desempenham suas funções. Jornadas irregulares, trabalho noturno, sobrecarga administrativa, insuficiência de recursos, pressão hierárquica, necessidade de manutenção da vigilância e dificuldades de conciliação entre vida profissional e pessoal constituem elementos que, quando acumulados, podem intensificar o desgaste ocupacional. Evidências recentes obtidas em diferentes contextos nacionais indicam, inclusive, que fatores organizacionais e operacionais podem exercer influência expressiva sobre o bem-estar psicológico, superando, em determinadas circunstâncias, a própria contribuição de eventos traumáticos isolados (Gomes et al., 2025; Drew; Williamson, 2025).

Por conseguinte, examinar essas particularidades torna-se imprescindível para que as políticas de saúde ocupacional sejam formuladas de maneira compatível com a realidade funcional dos profissionais de segurança pública. Não se mostra suficiente, nesse contexto, instituir mecanismos de atendimento apenas após o surgimento do adoecimento; faz-se necessário reconhecer previamente os fatores que estruturam o risco e incorporar medidas preventivas ao planejamento institucional, à gestão de pessoas e à organização das atividades. Sob esse prisma, a literatura recente aponta que o

suporte organizacional, a qualidade das relações profissionais e a adequada gestão das jornadas constituem recursos relevantes para atenuar os efeitos do estresse ocupacional e favorecer níveis mais satisfatórios de bem-estar, satisfação profissional e permanência qualificada na carreira (Carleton et al., 2026; Ayorinde et al., 2025).

3.1 Exposição a riscos, violência e situações de elevada complexidade

A exposição a riscos constitui elemento intrínseco às atividades de segurança pública, uma vez que os profissionais podem ser chamados a intervir em ocorrências envolvendo violência, ameaças, acidentes, mortes, conflitos armados e outras circunstâncias capazes de produzir intensa ativação emocional. Em decorrência dessa realidade, o trabalho exige preparação técnica, capacidade de gerenciamento da tensão e constante disposição para a tomada de decisões em ambientes nos quais as informações são, muitas vezes, incompletas e o tempo disponível para reação é reduzido. Estudos recentes com equipes policiais especializadas revelam que a exposição a violência extrema, ameaças à integridade física e ocorrências envolvendo crianças e outras vítimas particularmente vulneráveis constitui importante fonte de tensão operacional, sobretudo quando combinada com exigências institucionais persistentes (Taylor; Ceyhan, 2025).

Todavia, conforme as prerrogativas apresentadas pela produção científica contemporânea, a compreensão do risco ocupacional não deve permanecer circunscrita aos episódios de violência direta. A própria natureza da atividade policial implica o contato reiterado com sofrimento, conflitos familiares, acidentes, vulnerabilidades sociais e circunstâncias nas quais a exposição emocional pode assumir caráter cumulativo. Nessa direção, pesquisas realizadas com profissionais da área indicam que a tensão decorrente das atividades operacionais deve ser analisada de maneira integrada, contemplando tanto acontecimentos críticos quanto aspectos cotidianos, tais como fadiga, desequilíbrio entre trabalho e vida pessoal e prolongamento das jornadas (Drew; Williamson, 2025).

Ademais, o impacto psicológico dos riscos profissionais pode ultrapassar a ocorrência individual e manifestar-se como processo gradual de desgaste. A exposição repetida a situações de ameaça, aliada à necessidade de preservar uma postura profissional em circunstâncias emocionalmente intensas, pode favorecer mecanismos de exaustão que, em médio e longo prazo, repercutem sobre a saúde mental. Nesse sentido, revisão sistemática e meta-análise publicada em 2025 identificou associação relevante entre o trabalho policial, burnout e transtornos relacionados ao estresse pós-traumático, reforçando a necessidade de acompanhamento contínuo da saúde dos profissionais submetidos a contextos de elevado risco (Ugwu; Idemudia, 2025).

No contexto brasileiro, a gravidade desses fatores torna-se ainda mais evidente quando se consideram os ambientes caracterizados por elevados níveis de violência e vulnerabilidade social.

Estudo publicado em 2026 acerca das condições de trabalho de policiais militares em região de crise de segurança pública identificou relação entre as circunstâncias laborais e manifestações de sofrimento físico e psicológico, destacando a influência do próprio ambiente ocupacional sobre o processo de adoecimento (Motta; Bouzada; Felisberto, 2026). Assim, a exposição ao risco deve ser enfrentada por meio de uma política institucional capaz de articular preparação profissional, proteção individual, suporte psicológico, monitoramento das condições de trabalho e mecanismos efetivos de recuperação após ocorrências críticas (Motta; Bouzada; Felisberto, 2026).

3.2 Jornadas de trabalho, turnos e sobrecarga ocupacional

Entre as particularidades mais significativas do trabalho em segurança pública encontra-se a organização temporal das atividades, marcada, em muitos contextos, por turnos alternados, trabalho noturno, plantões, convocações extraordinárias e alterações de escala. Embora essa estrutura seja necessária à continuidade dos serviços de proteção pública, seus efeitos sobre o organismo e sobre a vida social do trabalhador não podem ser desconsiderados. Pesquisa de 2025 voltada à gestão de turnos policiais evidenciou que padrões de escala pouco flexíveis, mudanças inesperadas e dificuldade de conciliação com compromissos pessoais constituem fontes importantes de estresse e podem afetar sono, saúde física, desempenho e equilíbrio entre vida profissional e pessoal (Ayorinde et al., 2025).

Sob essa perspectiva, a jornada excessiva ou inadequadamente organizada não representa apenas questão administrativa, mas fator diretamente relacionado à saúde ocupacional. A privação ou fragmentação do descanso pode comprometer processos de recuperação física e psicológica, diminuir a atenção e ampliar a vulnerabilidade ao esgotamento. Uma revisão sistemática e meta-análise publicada em 2026 constatou associação significativa entre estresse ocupacional e distúrbios do sono entre profissionais de aplicação da lei, destacando que trabalho em turnos, pressões organizacionais e demandas operacionais constituem importantes componentes desse risco (Yang; Tang, 2026).

Não obstante, a sobrecarga ocupacional não se manifesta exclusivamente pela extensão da jornada. Ela também pode resultar da combinação entre elevada demanda, reduzido controle sobre a organização do trabalho, escassez de pessoal, exigências administrativas e insuficiência de recursos materiais e humanos. Estudo recente realizado com policiais táticos identificou que, além das situações operacionais de alto risco, dificuldades relacionadas à liderança, recursos insuficientes, limitações de treinamento e excesso de procedimentos burocráticos constituem importantes fontes de estresse ocupacional (Taylor; Ceyhan, 2025). Essa constatação evidencia que a sobrecarga decorre, frequentemente, da convergência entre exigências operacionais e fragilidades estruturais da própria organização (Taylor; Ceyhan, 2025).

Diante desse cenário, a organização das jornadas deve ser incorporada às políticas institucionais de promoção da saúde, deixando de ser compreendida exclusivamente como mecanismo de distribuição administrativa da força de trabalho. O desenvolvimento de sistemas que permitam maior previsibilidade, planejamento e adequação das escalas pode favorecer a recuperação do trabalhador e reduzir impactos sobre sua vida pessoal. Em estudo de 2025, a integração de mecanismos digitais de gestão de turnos a recursos de promoção do bem-estar mostrou potencial para apoiar sono, atividade física, alimentação, hidratação e equilíbrio entre trabalho e vida privada, indicando que a inovação organizacional pode contribuir para uma abordagem mais abrangente da saúde ocupacional (Ayorinde et al., 2025).

3.3 Pressões institucionais, relações organizacionais e desafios profissionais

As particularidades do trabalho em segurança pública também se manifestam nas relações institucionais e nos mecanismos de organização hierárquica, os quais podem funcionar tanto como fatores de proteção quanto como fontes de tensão. A existência de ambientes marcados por comunicação inadequada, baixo reconhecimento, percepção de injustiça, limitações decisórias ou reduzido apoio das lideranças tende a ampliar a carga psicossocial suportada pelos profissionais. Estudo publicado em 2025, envolvendo ampla amostra de policiais, evidenciou que estressores organizacionais e operacionais apresentam associação significativa com sofrimento psicológico e burnout, reforçando a necessidade de que as instituições considerem a qualidade da gestão como parte integrante das políticas de saúde (Drew; Williamson, 2025).

Nesse particular, as relações com superiores e colegas adquirem especial relevância, pois o suporte social pode desempenhar função protetiva diante das exigências inerentes à atividade. Pesquisa realizada com policiais alemães em 2025 demonstrou níveis relevantes de exaustão emocional e identificou que a cooperação entre colegas desempenhava papel protetivo, enquanto horas adicionais de trabalho se associavam a maior estresse e exaustão (Gomes et al., 2025). Tais evidências permitem compreender que o ambiente institucional não constitui mero pano de fundo da atividade profissional, mas elemento ativo na determinação da experiência de saúde e bem-estar dos trabalhadores (Gomes et al., 2025).

Paralelamente, a percepção de apoio institucional pode modificar significativamente a maneira pela qual os profissionais enfrentam as demandas ocupacionais. Pesquisa publicada em 2026 constatou que o suporte organizacional atua como fator moderador da relação entre estresse no trabalho, burnout e satisfação com a vida, indicando que instituições capazes de oferecer apoio consistente podem reduzir os efeitos negativos das exigências profissionais sobre o bem-estar dos agentes (Carleton et al., 2026). Nesse sentido, políticas de valorização profissional, comunicação

institucional, liderança qualificada, acesso a serviços de cuidado e reconhecimento das necessidades dos trabalhadores apresentam-se como instrumentos de gestão que ultrapassam a dimensão assistencial e alcançam a própria sustentabilidade institucional (Carleton et al., 2026).

Por fim, os desafios profissionais precisam ser examinados em conjunto com as barreiras culturais que podem dificultar a procura por auxílio. Em ambientes nos quais a demonstração de vulnerabilidade ainda pode ser interpretada como sinal de fragilidade, o trabalhador tende a postergar a busca por suporte, agravando situações que poderiam ser identificadas e enfrentadas precocemente. Nesse contexto, a literatura recente sobre programas de apoio entre pares evidencia a relevância de estratégias institucionais capazes de criar canais de acolhimento compatíveis com a cultura profissional, ampliando as possibilidades de reconhecimento do sofrimento e de encaminhamento para cuidados especializados (Morrison et al., 2025). Dessa maneira, conforme as evidências contemporâneas, o enfrentamento dos desafios profissionais exige uma transformação gradual da cultura organizacional, com a consolidação de práticas que reconheçam a saúde do trabalhador como requisito para a continuidade, a qualidade e a legitimidade da própria atividade de segurança pública.

4 ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

A discussão anteriormente desenvolvida permite compreender que a saúde ocupacional dos profissionais de segurança pública não se encontra condicionada apenas às características intrínsecas da atividade operacional, mas também à forma pela qual as instituições estruturam, organizam, supervisionam e acompanham o trabalho realizado. À luz dessa compreensão, as estratégias institucionais de prevenção e promoção da qualidade de vida assumem caráter eminentemente estruturante, pois ultrapassam a perspectiva meramente assistencial e passam a integrar os mecanismos de planejamento, gestão de pessoas e proteção funcional. A própria Organização Internacional do Trabalho tem destacado, em publicação de 2026, que os riscos psicossociais decorrem, entre outros aspectos, do desenho dos postos de trabalho, da carga laboral, do grau de autonomia, das relações interpessoais, da supervisão e das práticas organizacionais, recomendando que sua prevenção seja incorporada aos sistemas de saúde e segurança ocupacional (Organização Internacional do Trabalho, 2026).

Nesse particular, mostra-se imprescindível que a Administração Pública adote uma concepção preventiva e integrada, na qual o cuidado com o profissional não seja acionado somente diante do adoecimento manifesto, do afastamento funcional ou da ocorrência de eventos críticos. Com efeito, a produção científica recente evidencia que intervenções voltadas à saúde mental, quando adequadamente planejadas e articuladas às características culturais e organizacionais dos serviços

uniformizados, podem contribuir para a redução de sintomas de ansiedade, depressão e estresse pós-traumático, embora a efetividade dessas medidas esteja condicionada ao modo como são implementadas e incorporadas à realidade institucional (Eaton et al., 2026). Nessa perspectiva, a prevenção deve contemplar diagnóstico institucional, educação em saúde, identificação precoce de fatores de risco, acompanhamento continuado, fortalecimento das redes de apoio e mecanismos confiáveis de encaminhamento, de modo a constituir uma política permanente de proteção ao trabalhador.

Por conseguinte, as estratégias institucionais devem ser concebidas de forma multidimensional, abrangendo prevenção primária, assistência psicológica e psicossocial, acompanhamento pós-exposição, valorização profissional, aperfeiçoamento das lideranças e reorganização de fatores capazes de produzir sofrimento. Em organização policial brasileira, estudo publicado em 2026 demonstrou que experiências de bem-estar estiveram vinculadas ao reconhecimento, às relações positivas, à estabilidade e à percepção de segurança, enquanto experiências de mal-estar estiveram associadas à baixa autonomia, à burocracia, à deficiência de liderança e à percepção de injustiça organizacional (Araujo, 2026). Dessa maneira, promover qualidade de vida exige não apenas ofertar serviços de atendimento, mas modificar, sempre que necessário, as próprias condições institucionais que participam da produção do risco ocupacional.

4.1 Prevenção dos riscos psicossociais e promoção da saúde ocupacional

A prevenção dos riscos psicossociais constitui um dos pilares mais relevantes de uma política institucional consistente de saúde ocupacional, particularmente em atividades nas quais a intensidade, a imprevisibilidade e a responsabilidade das tarefas podem produzir elevada sobrecarga emocional. Nesse sentido, prevenir significa identificar antecipadamente as fontes de risco, avaliar sua frequência e intensidade, reconhecer os grupos mais vulneráveis e estabelecer mecanismos capazes de reduzir ou neutralizar seus efeitos antes que se convertam em processos de adoecimento. A produção científica brasileira recente sobre profissionais de segurança pública tem enfatizado justamente a necessidade de intervenções orientadas à promoção e à prevenção em saúde mental, destacando a importância de ações dirigidas aos fatores psicossociais presentes no contexto institucional (Costa et al., 2025). Assim, a prevenção deve integrar o cotidiano administrativo, tornando-se parte constitutiva das práticas de gestão e não atividade periférica ou eventual.

Sob essa perspectiva, a avaliação dos riscos psicossociais deve considerar elementos como organização da jornada, intensidade das demandas, previsibilidade das escalas, autonomia, qualidade da liderança, relações socioprofissionais, reconhecimento, comunicação institucional e possibilidade de conciliação entre trabalho e vida privada. A literatura internacional contemporânea reforça que a

forma de desenho e administração do trabalho interfere diretamente na saúde e no bem-estar, recomendando avaliações abrangentes que contemplem tanto os fatores individuais quanto as condições coletivas de trabalho (Organização Internacional do Trabalho, 2026). Em consequência, a adoção de instrumentos diagnósticos periódicos pode permitir que as instituições disponham de evidências concretas para orientar intervenções, priorizar setores mais expostos e avaliar, posteriormente, a efetividade das medidas implementadas.

Ademais, a prevenção efetiva depende da conjugação entre medidas organizacionais e ações voltadas ao fortalecimento das capacidades individuais de enfrentamento. Todavia, é necessário ressaltar que a responsabilização exclusiva do trabalhador pela administração de seu sofrimento tende a deslocar para o indivíduo um problema que, em significativa medida, também é produzido pela própria organização do trabalho. Nesse sentido, proposta desenvolvida em 2026 no âmbito da Psicologia da Saúde Ocupacional Positiva defendeu intervenções destinadas tanto aos fatores de exposição quanto aos fatores de proteção existentes em uma corporação policial, abrangendo consequências como estresse, burnout, problemas relacionados ao sono e sintomas depressivos (Gomes et al., 2026). Portanto, iniciativas de capacitação em manejo do estresse, educação em saúde mental, desenvolvimento de competências socioemocionais e fortalecimento da resiliência devem ser articuladas a mudanças institucionais concretas, sob pena de apresentarem alcance limitado diante de fatores estruturais persistentes.

Nessa linha de raciocínio, a promoção da saúde ocupacional deve, ainda, ser acompanhada por mecanismos sistemáticos de monitoramento e avaliação. Não basta implementar programas; é necessário verificar sua adesão, acessibilidade, resultados e capacidade de alcançar diferentes grupos profissionais, inclusive aqueles que, em razão de estigma, desconfiança ou receio de repercussões funcionais, podem evitar os serviços de cuidado. Revisão sistemática publicada em 2026 identificou que intervenções como treinamento baseado em mindfulness, capacitação para resiliência, terapias cognitivo-comportamentais e atividades de estilo de vida apoiadas apresentaram resultados promissores na redução de sintomas relacionados a transtornos de saúde mental entre profissionais uniformizados, embora também tenha sido observada heterogeneidade dos resultados e influência significativa de fatores culturais e organizacionais (Eaton et al., 2026). Desse modo, a prevenção deve ser concebida como processo contínuo, mensurável e sujeito a aperfeiçoamentos sucessivos.

4.2 Assistência psicológica, apoio institucional e acompanhamento continuado

A assistência psicológica e psicossocial constitui dimensão indispensável das políticas de proteção aos profissionais de segurança pública, especialmente porque determinados fatores de risco não podem ser inteiramente eliminados, tornando necessária a existência de mecanismos de cuidado

capazes de atuar antes, durante e depois da exposição a acontecimentos potencialmente traumáticos. Nessa perspectiva, o atendimento institucional deve ser acessível, confidencial, tecnicamente qualificado e articulado a diferentes níveis de cuidado, evitando que o profissional somente tenha contato com serviços especializados quando o sofrimento já se encontra acentuadamente agravado. Estudo publicado em 2025 acerca das barreiras organizacionais à busca de apoio em saúde mental entre policiais demonstrou que receio de repercussões profissionais, dificuldades de acesso e descrença nos mecanismos institucionais podem constituir obstáculos significativos à procura por assistência (Harkin et al., 2025).

Em razão disso, o fortalecimento de redes internas e externas de cuidado deve ser acompanhado pela criação de uma cultura organizacional que reconheça a busca por auxílio como conduta compatível com a responsabilidade profissional. Nesse contexto, programas de apoio entre pares podem desempenhar função complementar relevante, uma vez que aproximam o trabalhador de pessoas que compartilham experiências profissionais semelhantes e podem favorecer identificação, acolhimento e encaminhamento. Revisão sistemática publicada em 2025 demonstrou crescente utilização de programas de apoio entre pares no campo da segurança pública e apontou, simultaneamente, a necessidade de atenção a fatores como confidencialidade, definição de papéis, treinamento dos apoiadores e apoio explícito da administração para sua adequada implementação (Deschênes et al., 2025). Assim, o apoio entre pares não deve ser compreendido como substituto do atendimento especializado, mas como mecanismo complementar inserido em uma rede institucional mais ampla.

Sob outro prisma, o acompanhamento pós-exposição representa estratégia particularmente importante diante da recorrência de ocorrências críticas e da possibilidade de manifestação tardia de sintomas psicológicos. Intervenções precoces, quando adequadamente adaptadas à cultura profissional, podem contribuir para reduzir sofrimento e facilitar o acesso ao cuidado. Estudo publicado em 2025 sobre uma intervenção precoce realizada com profissionais de segurança pública identificou reduções significativas em sofrimento, ansiedade e estresse relacionado ao trauma, embora tenha igualmente demonstrado que parte dos ganhos pode sofrer oscilações diante da continuidade das exigências próprias da atividade, o que evidencia a necessidade de acompanhamento posterior (2025). Dessa forma, a assistência institucional não deve encerrar-se após o primeiro atendimento ou imediatamente depois do episódio crítico, devendo incluir monitoramento, reavaliação e possibilidade de reencaminhamento conforme a evolução de cada caso.

Ademais, a estrutura de assistência deve estar integrada a políticas mais abrangentes de cuidado e não funcionar como unidade isolada dentro da organização. A revisão de intervenções em saúde mental realizada em 2026 indica que os resultados dos programas dependem, em grande

medida, do formato de implementação, da cultura ocupacional, das barreiras de acesso e do contexto organizacional, sendo necessária uma abordagem ecológica que considere simultaneamente indivíduo, equipe e instituição (Eaton et al., 2026). Em consonância com esse entendimento, iniciativas brasileiras recentes de intervenção em saúde mental para profissionais de segurança pública têm enfatizado a articulação entre promoção, prevenção e fatores psicossociais, evidenciando que o cuidado continuado alcança maior potencial quando inserido em uma política institucional permanente (Costa et al., 2025).

4.3 Gestão integrada, valorização profissional e consolidação de políticas institucionais

A efetividade das estratégias de saúde ocupacional depende, em última análise, da capacidade administrativa de incorporá-las à própria estrutura de gestão institucional. Nessa perspectiva, a saúde do trabalhador deve deixar de ser compreendida como responsabilidade exclusiva de setores médicos ou psicológicos e passar a constituir compromisso transversal, envolvendo dirigentes, gestores, profissionais de saúde, equipes operacionais e demais atores organizacionais. Evidências publicadas em 2026 demonstraram que o suporte organizacional exerce efeito moderador sobre a relação entre estresse ocupacional, burnout e satisfação com a vida entre policiais, sugerindo que ambientes institucionais mais apoiadores podem atenuar os impactos negativos das exigências profissionais (2026). Tal constatação reforça a necessidade de que a liderança assuma papel ativo na promoção do bem-estar, evitando que a temática permaneça restrita a iniciativas individuais ou episódicas.

Nesse mesmo sentido, a valorização profissional constitui componente inseparável da qualidade de vida, especialmente porque reconhecimento, justiça organizacional, participação e perspectivas de desenvolvimento podem funcionar como fatores protetivos diante das elevadas demandas da atividade. Estudo realizado em organização policial brasileira revelou que percepção de reconhecimento, relações positivas e estabilidade figuraram entre elementos associados ao bem-estar, enquanto baixa autonomia, burocracia, deficiência da liderança e percepção de injustiça contribuíram para experiências de mal-estar (Araujo, 2026). Assim, investir em formação continuada, desenvolvimento profissional, reconhecimento institucional, participação dos trabalhadores e aperfeiçoamento das lideranças não constitui apenas medida de gestão de pessoas, mas mecanismo preventivo capaz de produzir efeitos favoráveis sobre o ambiente organizacional.

Por conseguinte, a consolidação de políticas institucionais exige planejamento, governança, definição de responsabilidades e avaliação periódica dos resultados alcançados. Nessa direção, programas de saúde ocupacional devem estabelecer objetivos verificáveis, indicadores de acompanhamento, fluxos de atendimento, critérios de encaminhamento e mecanismos de avaliação de impacto, de modo a impedir que ações importantes permaneçam dependentes de projetos

temporários ou da iniciativa isolada de determinados gestores. A experiência recente de formulação de estratégias baseadas na Psicologia da Saúde Ocupacional Positiva demonstra que a identificação de fatores de exposição e proteção pode subsidiar intervenções voltadas à transformação do próprio contexto de trabalho (Gomes et al., 2026). Paralelamente, o relatório internacional da Organização Internacional do Trabalho de 2026 reforça que a prevenção dos riscos psicossociais demanda políticas, sistemas de segurança e saúde no trabalho, diálogo e atuação coordenada entre governos, organizações e trabalhadores (Organização Internacional do Trabalho, 2026).

Por fim, a consolidação de uma política institucional de saúde ocupacional deve estar vinculada à compreensão de que profissionais protegidos, valorizados e adequadamente acompanhados apresentam melhores condições para desempenhar suas atribuições com segurança, equilíbrio e continuidade. Nessa ótica, as estratégias de prevenção, assistência e gestão não devem ser tratadas como despesas acessórias, mas como investimentos públicos voltados à preservação do capital humano e ao aprimoramento da capacidade estatal de prestação de serviços. Revisão sistemática de 2026, abrangendo 86 estudos de 22 países, concluiu que diferentes intervenções de saúde mental e bem-estar apresentam resultados promissores entre profissionais uniformizados, ao mesmo tempo em que destacou a influência decisiva do contexto cultural e organizacional sobre sua implementação e sustentabilidade (Eaton et al., 2026). À vista disso, a efetiva promoção da qualidade de vida na segurança pública pressupõe uma política permanente, integrada e institucionalmente legitimada, capaz de articular prevenção de riscos, assistência especializada, apoio entre pares, valorização profissional, qualificação das lideranças e avaliação contínua, estabelecendo as bases para uma Administração Pública mais eficiente, humana e comprometida com aqueles que diariamente asseguram a proteção da coletividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu evidenciar que a saúde ocupacional e o bem-estar dos profissionais de segurança pública constituem dimensões indissociáveis da qualidade, da continuidade e da eficiência dos serviços prestados pelo Estado. Em razão das especificidades inerentes à atividade, caracterizada pela exposição frequente a situações de risco, pressão psicológica, violência, jornadas diferenciadas, necessidade de respostas imediatas e elevada responsabilidade funcional, torna-se inadequado compreender o trabalhador exclusivamente sob a ótica de sua capacidade operacional. Ao contrário, conforme as discussões apresentadas, a preservação da saúde física, mental e social desses profissionais deve integrar o planejamento estratégico das instituições públicas, sobretudo porque o comprometimento da saúde ocupacional

repercute não apenas sobre o indivíduo, mas igualmente sobre sua família, sua equipe, sua instituição e, em última instância, sobre a própria sociedade.

Nesse contexto, os aspectos examinados demonstraram que os riscos relacionados ao exercício da segurança pública possuem natureza multifatorial e cumulativa, resultando da interação entre fatores operacionais, organizacionais, psicossociais e individuais. A exposição a acontecimentos potencialmente traumáticos, quando associada à sobrecarga laboral, ao trabalho em turnos, à insuficiência de descanso, à pressão institucional, à baixa autonomia, às dificuldades de reconhecimento e às fragilidades nas relações socioprofissionais, pode favorecer processos de desgaste progressivo e comprometer a qualidade de vida dos trabalhadores. Por conseguinte, a prevenção não pode permanecer restrita ao atendimento posterior ao adoecimento, devendo alcançar a própria organização do trabalho. À luz das considerações apresentadas, a adoção de avaliações periódicas dos riscos psicossociais, mecanismos de acompanhamento, programas de promoção da saúde, redes de apoio e estratégias de intervenção precoce mostra-se fundamental para reduzir vulnerabilidades e ampliar a capacidade institucional de proteção dos profissionais.

Sob essa perspectiva, as políticas públicas destinadas à segurança pública precisam incorporar, de maneira mais efetiva, a dimensão da saúde ocupacional como componente estruturante de suas ações. Isso pressupõe a formulação de políticas permanentes e articuladas entre prevenção, assistência, valorização profissional, capacitação, acompanhamento psicológico e melhoria das condições de trabalho, evitando-se a fragmentação de iniciativas ou sua dependência de programas temporários. Igualmente relevante é o fortalecimento de uma cultura organizacional que reconheça a procura por auxílio como manifestação de responsabilidade profissional, e não como sinal de fragilidade. Nessa linha, mecanismos de apoio entre pares, atendimento especializado, acompanhamento após eventos críticos, capacitação das lideranças e sistemas de encaminhamento podem constituir importantes instrumentos de proteção. Entretanto, tais medidas somente alcançarão resultados sustentáveis quando acompanhadas de investimentos nas condições concretas de trabalho e de políticas de gestão capazes de enfrentar as causas estruturais do sofrimento ocupacional.

No que concerne às perspectivas futuras, evidencia-se a necessidade de avançar de modelos predominantemente reativos para uma política de saúde ocupacional orientada por prevenção, monitoramento e produção de evidências. A incorporação de tecnologias para gestão de jornadas, sistemas institucionais de acompanhamento de indicadores de saúde, avaliações periódicas do clima organizacional, protocolos específicos para situações potencialmente traumáticas e programas de capacitação voltados à saúde mental constituem possibilidades relevantes de aprimoramento. Paralelamente, a produção científica tende a desempenhar papel cada vez mais significativo na identificação dos fatores de risco e de proteção, possibilitando que as instituições formulem

intervenções mais adequadas às diferentes realidades profissionais. Nesse sentido, a prospecção futura deve privilegiar políticas baseadas em evidências, indicadores capazes de mensurar resultados e mecanismos de avaliação contínua, assegurando que as ações implementadas sejam efetivamente capazes de produzir mudanças sustentáveis nas condições de trabalho e no bem-estar dos profissionais.

Por fim, conclui-se que promover a saúde ocupacional e o bem-estar dos profissionais de segurança pública não representa medida secundária, assistencial ou meramente administrativa, mas verdadeiro pressuposto para o fortalecimento da própria capacidade estatal de garantir segurança à sociedade. A valorização daqueles que exercem funções de elevada complexidade exige uma concepção institucional fundada na prevenção, na dignidade humana, na proteção integral, na eficiência administrativa e no reconhecimento profissional. À vista disso, as políticas públicas futuras deverão contemplar uma abordagem cada vez mais integrada, capaz de articular saúde, segurança, gestão de pessoas, condições laborais e desenvolvimento institucional. Somente mediante esse compromisso permanente será possível construir ambientes profissionais mais seguros e humanizados, reduzir os impactos dos riscos ocupacionais e assegurar que os profissionais responsáveis pela proteção da coletividade disponham das condições físicas, psicológicas e institucionais necessárias para desempenhar suas atribuições com qualidade, equilíbrio e eficiência.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Aline Costa Almeida; PASCHOAL, Tatiane; FERREIRA, Mário Cesar. The dual sides of the police badge: understanding well-being and ill-being in a police organization. **Journal of Police and Criminal Psychology**, 2026. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11896-026-09800-x>. Acesso em: 17 jul. 2026. DOI: 10.1007/s11896-026-09800-x.
- AYORINDE, Olumuyiwa Temitope; DOGAN, Huseyin; ADEDOYIN, Festus Fatai; JIANG, Nan; BITTERS, Fiona; DEMPSEY, Sara. Supporting police well-being through an adaptive shift management system: co-design study. **JMIR Formative Research**, v. 9, e69986, 2025. Disponível em: <https://formative.jmir.org/2025/1/e69986/>. Acesso em: 19 jul. 2026. DOI: 10.2196/69986.
- CARLETON, R. Nicholas; TECKCHANDANI, Taylor A.; MACPHEE, Robert S.; CAMP II, R.; NISBET, J. An assessment of mental health challenges and occupational stressors among public safety personnel senior leadership. **Journal of Psychiatric Research**, v. 193, p. 451-460, 2026. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0022395625007654>. Acesso em: 22 jul. 2026. DOI: 10.1016/j.jpsychires.2025.12.018.
- CONTRERAS, Isaias; NOVACO, Raymond W. Organizational support mitigates the detrimental effects of police work stress on burnout and life satisfaction. **Policing: An International Journal**, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/PIJPSM-10-2025-0218>. Acesso em: 24 jul. 2026. DOI: 10.1108/PIJPSM-10-2025-0218.
- COSTA, Luana Folchini da; MADALOZZO, Magda Macedo; CIOATO, Alexandra Carol; HORN, Éder Leonardo de Vitte. Intervenções em promoção e prevenção em saúde mental entre profissionais de segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 19, n. 2, p. 350-371, 2025.

- Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/2163>. Acesso em: 27 jul. 2026. DOI: 10.31060/rbsp.2025.v19.n2.2163.
- DESCARTES, Christine H.; CHAMI, Georgina; WALLACE, Wendell C. The impacts of policing on police officers' quality of life. **American Behavioral Scientist**, 2026. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/00027642261423342>. Acesso em: 29 jul. 2026. DOI: 10.1177/00027642261423342.
- DESCHÊNES, Andrée-Ann et al. Barriers and facilitators to the implementation of peer support programs among public safety personnel: a scoping review. **Police Practice and Research**, v. 27, n. 3, p. 443-465, 2025. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15614263.2025.2558137>. Acesso em: 31 jul. 2026. DOI: 10.1080/15614263.2025.2558137.
- DREW, Jacqueline M.; WILLIAMSON, Harley. Trauma, critical incidents, organizational and operational stressors: the relationship between harms and psychological outcomes for police. **Police Quarterly**, v. 28, n. 3, p. 287-312, 2025. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/10986111241275048>. Acesso em: 2 ago. 2026. DOI: 10.1177/10986111241275048.
- DREW, Jacqueline M.; KEECH, Jacob J.; MARTIN, Sherri. Will I stay or will I go? Exploring job demand stress, organizational justice, and psychological health in decisions to leave the police agency or profession. **American Journal of Criminal Justice**, v. 50, p. 848-871, 2025. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12103-025-09833-8>. Acesso em: 4 ago. 2026. DOI: 10.1007/s12103-025-09833-8.
- EATON, Jessica; ELLARD, Holly; FREEMAN, Anita; ANDERSON, Anna M.; CHESTERS, Heather; ARTHURS, Owen J.; SIMPSON, Alan. Mental health and wellbeing interventions for uniformed service personnel: a mixed methods systematic review. **BMC Medicine**, v. 24, art. 333, 2026. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s12916-026-04811-1>. Acesso em: 6 ago. 2026. DOI: 10.1186/s12916-026-04811-1.
- GOMES, Elaine Cristina Vaz Vaez; SILVA, Narbal; GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhães. Estratégias de intervenção para fatores de proteção e exposição em corporação policial pelo viés da psicologia da saúde ocupacional positiva. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 20, n. 2, p. 82-101, 2026. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/2097>. Acesso em: 8 ago. 2026. DOI: 10.31060/rbsp.2026.v20.n2.2097.
- HARKIN, Ben; RAWLINSON, Louise; DAVIES, Lucy E.; YATES, Alan J. Beyond the badge: organizational barriers to police anxiety and mental health support. **Policing: A Journal of Policy and Practice**, v. 19, art. paaf039, 2025. Disponível em: <https://academic.oup.com/policing/article/doi/10.1093/police/paaf039/8315210>. Acesso em: 9 ago. 2026. DOI: 10.1093/police/paaf039.
- MOTTA, Ana Carolina Dantas; BOUZADA, Marco Aurélio Carino; FELISBERTO, Marcia Monique. The impact of occupational suffering on military police officers in a public security crisis region: a psychodynamic approach to work. **Journal of Police and Criminal Psychology**, 2026. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11896-026-09819-0>. Acesso em: 10 ago. 2026. DOI: 10.1007/s11896-026-09819-0.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Psychosocial working environment: global developments and pathways for action. **International Labour Organization**, 2026. Disponível em: <https://www.ilo.org/publications/psychosocial-working-environment-global-developments-and-pathways-action>. Acesso em: 11 ago. 2026.
- ROSSI, Larissa Felipe Grizza; FAIAD, Cristiane; ESTEVES, Germano Gabriel Lima; OLIVEIRA, Sérgio Eduardo Silva de; VINHA, Luís Gustavo do Amaral; VOGEL, David L. et al. Self and other mental health stigma among public safety professionals: a psychometric study. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s41155-025-00361-2>. Acesso em: 12 ago. 2026. DOI: 10.1186/s41155-025-00361-2.

- SILVA, Cláudia Andrea Bartolozzi. Mapeamento e análise da depressão, ansiedade e síndrome de burnout em agentes da segurança pública, considerando o tempo de serviço. **Revista FT**, v. 29, ed. 144, 2025. Disponível em: <https://revistaft.com.br/mapeamento-e-analise-da-depressao-ansiedade-e-sindrome-de-burnout-em-agentes-da-seguranca-publica-considerando-o-tempo-de-servico/>. Acesso em: 13 ago. 2026. DOI: 10.69849/revistaft/cs10202503251902.
- SILVA, Alexciana Santos da; SANTOS, Alanna Silva dos; SILVA, Priscilla Maria Castro; MEDEIROS, Ana Claudia Torres de; LIMA, Gigliola Marcos Bernardo de. Prevalence of symptoms of depression, anxiety and stress in military police / Prevalência de sintomas de depressão, ansiedade e estresse em policiais militares. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 15, 2023. Disponível em: <https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/12225>. Acesso em: 14 ago. 2026. DOI: 10.9789/2175-5361.rpcfo.v15.12225.
- UGWU, Lawrence E.; IDEMUDIA, Erhabor Sunday. Burnout and post-traumatic stress disorders in police officers: systematic review and meta-analysis. **Journal of Police and Criminal Psychology**, v. 40, p. 645-658, 2025. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11896-024-09713-7>. Acesso em: 15 ago. 2026. DOI: 10.1007/s11896-024-09713-7.
- YANG, Huaihan; TANG, Shuchen. Association between work stress and sleep disorders in law enforcement: a systematic review and meta-analysis. **Nature and Science of Sleep**, v. 2026, p. 601666, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.2147/NSS.S601666>. Acesso em: 16 ago. 2026. DOI: 10.2147/NSS.S601666.
- BALIEIRO, J. A. F.; BALIEIRO, F. C.; FENATO, L. H. P. Saúde mental nas forças policiais: enfrentamentos e desafios da rotina do Policial Militar. **Brazilian Journal of Development**, v. 11, n. 8, e81524, 2025. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/81524>. Acesso em: 18 jul. 2026. DOI: 10.34117/bjdv11n8-021.
- COSTA, Diony Dornélio da; GOMES, Clayson Moura; MOREIRA, Linda Denise Fernandes; SILVA, Antonio Márcio Teodoro Cordeiro; ALMEIDA, Rogério José de. Fatores associados à sintomatologia de ansiedade, depressão e estresse em policiais do Comando de Missões Especiais da Polícia Militar do Estado de Goiás. **Revista Brasileira Militar de Ciências**, v. 12, n. 26, 2026. Disponível em: <https://rbmc.org.br/rbmc/article/view/215>. Acesso em: 20 jul. 2026. DOI: 10.36414/rbmc.v12i26.215.